

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE PRESCRIÇÕES DE ANTIMICROBIANOS DE UMA FARMÁCIA DE MINAS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Aline Aparecida Neto¹
Bruna Chaves Amorim²

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

alineaparecidaneto17@gmail.com.br

PALAVRAS- CHAVE: antimicrobianos, prescrição médica, ilegibilidade.

INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por um grande avanço na história da ciência. No começo da década de 40 ocorreu o surgimento dos antibióticos, dando início a “era antimicrobiana” (SILVA *et al.*, 2019). Entretanto, uma das grandes preocupações de saúde pública atualmente é a resistência bacteriana, que está intimamente relacionada ao uso irracional e abusivo destes fármacos (LOPES e OLIVEIRA, 2021). Os medicamentos constituem uma tecnologia em saúde mais empregada no tratamento e profilaxia de enfermidades. Todavia, a ilegibilidade das prescrições é considerada uma das causas dos erros de medicação (TAKAHASHI *et al.*, 2019). Nesta perspectiva, compete ao farmacêutico a avaliação da prescrição quanto ao cumprimento das legislações vigentes, observando os critérios estabelecidos pela RDC nº 471/21 (BRASIL, 2009). Levando-se em consideração as deficiências no registro de informações nas prescrições, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: As prescrições de antimicrobianos estão sendo dispensadas conforme determina a RDC nº 471/21? Nesta perspectiva, o objetivo do presente trabalho é avaliar a qualidade das prescrições de antimicrobianos de uma Farmácia de Minas em um Município da Zona da Mata Mineira, quanto a legibilidade e cumprimento das legislações vigentes. Este estudo terá como finalidade contribuir para a conscientização dos riscos advindos da má caligrafia e ausência de informações necessárias, devido as prescrições serem ferramentas chaves para a efetivação do tratamento medicamentoso, o que pode impactar nos erros de medicação e na resistência antimicrobiana.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo transversal com abordagem quantitativa. Nesse tipo de pesquisa as informações são traduzidas em números para serem

¹ Graduanda em Farmácia do Centro Universitário Vértice – Univértix – Acadêmica do PIBIC/UNIVÉRTIX.

² Farmacêutica Generalista, Mestre em Ciências Naturais e da Saúde, Especialista em Docência do Ensino Superior, Professora e Coordenadora dos Cursos de Bacharelado em Farmácia e Biomedicina do Centro Universitário Vértice – Univértix - Matipó

analisadas, o pesquisador não realiza nenhuma intervenção (FONTELLES *et al.*, 2009). Terá como base uma análise documental da qualidade das prescrições de antimicrobianos retidas de uma Farmácia de Minas em um Município da Zona da Mata Mineira. Será avaliado a presença de itens básicos na prescrição, sendo eles: identificação do prescritor; data de emissão da prescrição; nome do medicamento e dose; forma farmacêutica; legibilidade; posologia; identificação do paciente; via de administração e a utilização de expressões vagas, como: “se necessário”, “a critério médico” e “uso contínuo” (COSTA *et al.*, 2018). As prescrições receberão codificação numérica e seus dados serão compilados em uma planilha. Como desfecho primário pretende-se avaliar se as prescrições estão adequadas perante as legislações, qual a taxa de erros e identificar quais os descumprimentos são mais frequentes. Espera-se como desfecho secundário, que os resultados obtidos ao final da pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento de novos estudos sobre a temática em questão. Para a avaliação do critério de legibilidade das prescrições, será adotado a classificação de Aguiar, Silva Junior e Ferreira (2006), sendo considerado legível aquela lida normalmente, sem gasto de tempo além do normal para se compreender o que está escrito; pouco legível aquela em que é necessário um tempo maior para sua compreensão, ocorrendo o entendimento parcial e ilegível aquela em que, independentemente do tempo, é impossível compreender o que está descrito. Por determinação legal, nos termos da Resolução nº 466/12, os projetos com levantamentos de dados, como esse, devem ser submetidos à análise ao Comitê de Ética para aprovação, considerando o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico. É fundamental, em qualquer etapa da pesquisa preservar a segurança e os direitos dos participantes (BRASIL, 2021; BRASIL, 2012). Por se tratar de uma pesquisa realizada em uma instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) envolvendo os seres humanos e seus dados, será atendido todas as determinações legais e éticas estabelecidas pela Resolução nº 580, de 22 de março de 2018 (BRASIL, 2018). Apesar da pesquisa não envolver diretamente os seres humanos, existem possíveis riscos como extravio de dados, identificação dos usuários, divulgação de dados confidenciais e risco a segurança dos prontuários. Entretanto, será responsabilidade dos pesquisadores assegurar a confidencialidade e a privacidade, assim como a proteção da imagem dos pacientes. Será garantido a não violação e a integridade dos documentos com a finalidade de minimizar os possíveis riscos. Terá como critério de inclusão as prescrições de antimicrobianos do trimestre anterior a coleta de dados (junho, julho e agosto), serão avaliadas aproximadamente 200 prescrições, segundo estimativas essa foi a média de prescrições em um trimestre anterior. Terá como critério de exclusão as receitas que não contiverem medicamentos antibióticos e/ou que estiverem rasgadas de maneira que alguma informação possa ser prejudicada. Será garantido sigilo das informações colhidas, tendo como objetivo preservar a proteção e segurança dos dados analisados. Para que os dados sejam coletados, será encaminhado ao responsável técnico pelo estabelecimento um ofício para que seja realizada a permissão por meio da assinatura do Termo de Autorização, além de um documento esclarecendo os métodos da pesquisa, o objetivo, a relevância e a confidencialidade, garantido o sigilo das informações. Os dados serão coletados após dois meses a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Centro Universitário – UNIVÉRTIX com previsão para o mês de setembro de 2023. A análise estatística será realizada por meio do software MICROSOFT/EXCEL 2016. Os

indicadores serão apresentados na forma de porcentagem, sendo organizados no formato de gráficos ou tabelas para avaliar os resultados. Este estudo será realizado no período de março de 2023 à dezembro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trata-se de uma pesquisa em andamento. Até o momento consta no trabalho o levantamento da literatura. Essa pesquisa foi aprovada pelo programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – Univértix.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, ao evidenciar a qualidade das prescrições de antimicrobianos, este estudo almeja auxiliar na melhoria da prática prescritiva e da dispensação, buscando atingir os objetivos de saúde pública e segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G.; JUNIOR SILVA, L. A.; FERREIRA, M. A. M. Ilegibilidade e ausência de informação nas prescrições médicas: fatores de risco relacionados a erros de medicação. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 19, p. 84-91, 2006.

BRASIL. **Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009**. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 580, de 22 de março de 2018**. Estabelece as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) serão contempladas em Resolução específica, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução RDC Nº 471, DE 23 de fevereiro de 2021**. Dispõe sobre os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isoladas ou em associação, listadas em Instrução Normativa específica. Diário Oficial da União, Brasília, 24 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM Nº 2217 de 27 de setembro de 2018**. Aprova o Código de Ética Médica, Diário Oficial da União, 1 nov. 2018.

COSTA, D. B.; MACEDO, L. L. A. de; SOUTO, R. A. D. de M.; SANTOS, A. L. dos. Erros de prescrição de medicamentos: uma avaliação da prescrição na pediatria de um hospital escola. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-5, 2018.

DIAS, F. dos S.; SANTOS, T. A. dos. Avaliação e comparação dos indicadores de qualidade das prescrições medicamentosas de controlados e antibióticos dispensados em uma farmácia pública e outra privada. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Vitória da Conquista – BA, n.55, p. 1-10, 2020.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, jul./set. 2009.

GONÇALVES, M. F.; ROSAS, B. O. A.; FERREIRA, R. G.; LOBO, L. G.; PACHECO, T. de M. Prescrição médica e o uso irracional de medicamentos: uma revisão bibliográfica. **Revista Bioética Cremego**, v. 2, n. 1, p. 55-60, 2020.

IBGE, **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/abre-campo.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LOPES, F. C. C.; OLIVEIRA, F. de S. Avaliação da prescrição e perfil de utilização de medicamentos antimicrobianos pela rede pública municipal de saúde de Encanto-RN. **Revista de Atenção Primária a Saúde**, v. 24, n. 1, 2021.

MAIA, P. L. C.; SANTOS, J. K. G. dos; BARROS, N. B. de; BARROS, R. R. Atenção farmacêutica: uma abordagem sobre a resistência antimicrobiana e o uso inadequado na vida cotidiana. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p. 43347-43362, 2021.

MURTA, I. A. de A.; BASTOS, C. B.; LACERDA, L. V.; ROCHA, E. D.; GOMES, I. L.; FRANÇA, D. S. Análise da qualidade das prescrições médicas em Montes Claros - Minas Gerais. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Montes Claros, v. 11, p. 1-8, 2019.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Medication Errors: Technical Series on Safer Primary Care**. 2016. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241511643>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, G. C. A. da; PASCOA, H.; GAMA, A. R. Riscos e problemas relacionados aos erros de prescrições médicas: Uma revisão bibliográfica. **SAÚDE E CIÊNCIA EM AÇÃO – Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde**, v.6, n. 2, 2020.

SILVA, P. L. N. da; ALVES, L. S.; FONSECA, J. R.; SANTO, L. R. E.; VAZ, M. D. T. Análise de interação medicamentosa de prescrições médicas contendo

antimicrobianos de uma drogaria privada de Minas Gerais. **Journal of Management Primary Health Care**, Montes Claros, v. 10, 2019.

TAKAHASHI, M. M.; NASCIMENTO, J. C. do; COSTA JUNIOR, V. L. da; RIBEIRO NETO, L. M. Avaliação da prescrição: ilegibilidade de prescrições atendidas em uma farmácia. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 2117-2123, mar./abr. 2019.